



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA
CAMPUS IV - DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

O PRECONCEITO RACIAL E SEUS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM DO ALUNO

RITA DE CÁSSIA DA SILVA

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2019**

RITA DE CÁSSIA DA SILVA

O PRECONCEITO RACIAL E SEUS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM DO ALUNO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras.
Orientador: Prof. Dr. Auríbio Farias Conceição

CATOLÉ DO ROCHA – PB
2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Rita de Cassia da.
O preconceito racial e seus reflexos na aprendizagem do aluno. [manuscrito] / Rita de Cassia da Silva. - 2019.
35 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Auríbio Farias Conceição ,
Coordenação do Curso de Letras - CCHA."
1. Preconceito racial. 2. Identidade. 3. Autoestima. 4.
Educação. I. Título
21. ed. CDD 372.62

O PRECONCEITO RACIAL E SEUS REFLEXOS NA APENDIZAGEM DO ALUNO

RITA DE CÁSSIA DA SILVA

APROVADO EM: 12 de junho de 2019.



Prof. Dr. Auríbio Farias Conceição
Orientador - UEPB/CAMPUS IV



Profa. Ms. Benedita Ferreira Arnaud
Examinador - UEPB/CAMPUS IV



Prof. Ms. Gianny Cecília de Abrantes Pontes e Almeida
Examinador – UEPB/CAMPUS IV

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar meus agradecimentos não poderia deixar de passar pela memória todas as situações que me fizeram chegar onde estou. E cada vez mais me convenço de como a Educação é poderosa e transformadora. Muitos são os obstáculos que permeiam nossa caminhada, mas o sabor do dever cumprido, do prazer de realizar mais um sonho, esses, não têm preço. Não seria possível conquistar nossos objetivos sem aqueles que nos acompanham nos dando apoio, amor e compreensão. E nada mais importante do que um coração sempre agradecido.

Agradeço a **Deus** por sempre me fortalecer diante dos obstáculos e me fazer sempre enxergar uma luz no fim do túnel.

À minha **mãe**, razão maior da minha vida, por ser sempre abrigo e proteção,

À minha **família** que está sempre comigo em todos os momentos desde a primeira alegria do ingresso à graduação, assim como nos momentos de cansaço, de tribulações. Sendo sempre uma mão amiga, um ombro para descansar.

Em especial a **Leandro**, por estar ao meu lado sempre, me apoiando e me fazendo sempre lembrar que nunca estarei só.

Ao meu orientador, **Auríbio Farias**, pela orientação e cuidado com minha pesquisa, assim como pelos momentos de compreensão e tolerância me acolhendo nas situações em que as obrigações de trabalho mesclavam a de pesquisadora.

Aos **professores** que muito me ensinaram e me inspiraram a melhorar sempre na busca pelo conhecimento, pois dele depende a excelência do meu trabalho e a concretização dos meus objetivos.

À minha professora, **Benedita de Arnaud**, que mesmo em meio à sua rotina de trabalho sempre contribuiu para minha análise com uma palavra amiga e de incentivo.

Ao secretário, **Neto**, sempre solícito em auxiliar ao longo dessa trajetória.

Aos meus **amigos e colegas de curso** que sempre me deram força nessa busca pelo conhecimento, pela busca da qualificação profissional que muitas vezes é tortuosa, desestimulante. Porém até mesmo os momentos de desestímulo me fizeram mais forte, porque desde cedo aprendi a ser de luta.

Em especial à minha amiga **Julia** pelas palavras de incentivo e por dividir comigo momentos de alegria e de dúvidas nessa caminhada. Sempre com uma palavra amiga e serena.

À minha colega **Elane**, a quem tenho muito apreço. Minha companheira de trabalho, com quem dividi as alegrias e as intempéries desse curso sempre de forma bem-humorada. Uma amiga que levarei para sempre comigo e que a distância será mero detalhe.

À escola **Manoel Viana dos Santos** que me permitiu desenvolver minha pesquisa, contribuindo sobremaneira para a minha prática.

Aos participantes da pesquisa, os **alunos**, que fizeram meu trabalho ser possível. Muito obrigada pela valorosa contribuição.

A **todos** que de uma forma ou de outra estiveram comigo, torcendo pela concretização deste sonho, meu muito obrigada!

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar. Nelson Mandela (1995)

RESUMO

Discutir acerca do preconceito racial se revela de suma importância entre o meio acadêmico e fora dele, pois constitui um dos principais agravos para a sociedade em geral, sobretudo aos cidadãos afrodescendentes e este fato evidencia a pouca consciência criada por parte da sociedade em relação à diversidade étnico-racial, uma vez que acabam provocando consequências desagradáveis a alguns grupos sociais como negros, índios, dentre outros. A problematização da discriminação racial na área educacional, é um tema muito abordado, entretanto não solucionado. Assim sendo, a minimização dos problemas gerados pela discriminação contra afrodescendentes na escola, deve ser direcionada através de uma metodologia firme e eficiente. O preconceito racial é um problema que afeta todas as esferas desde séculos passados. Contudo, neste trabalho direcionamos o olhar para construção identitária dos afrodescendentes que é, de algum modo, afetada pelo preconceito racial e compromete a construção da autoestima dessas pessoas, especificamente na turma do 9º Ano “A”, da Escola Municipal, localizada na cidade de Belém do Brejo do Cruz-PB. Sendo assim, esse artigo é resultado de uma pesquisa de campo, que objetivou demonstrar como o preconceito racial afeta a construção da identidade dos afrodescendentes no âmbito escolar, onde estas manifestações resultam em pessoas tímidas, inseguras o que ocasiona que este sujeito sinta-se inferior aos demais. Para isso, usamos uma pesquisa analítico-reflexiva, dando ênfase ao trabalho desenvolvido durante o Estágio Supervisionado II, uma vez que foi o processo de observação e de intervenção realizado durante este período que acarretou essa pesquisa. Com o término de nossos estudos foi possível perceber que o preconceito racial vem atingir o ambiente educativo comprometendo a participação do aluno em sala de aula; levando a ausência de reconhecimento positivo de seu semelhante étnico; dificuldades no processo de aprendizagem, o que influencia na construção do conhecimento do indivíduo.

Palavras-Chave: Preconceito racial. Identidade. Autoestima. Educação.

ABSTRACT

Discussing racial prejudice is extremely important between the academic milieu and outside it, since it constitutes one of the main aggravations to Afro-descendant citizens and this fact shows the little awareness created by society regarding ethnic-racial diversity; since they end up causing unpleasant consequences to some social groups like blacks, Indians, among others. The problematization of racial discrimination in the educational area is a much discussed subject, however unresolved. Thus, minimizing the problems generated by discrimination against Afrodescendants in school must be addressed through a firm and efficient methodology. Racial prejudice is a problem that has affected all spheres since past centuries. However, in this work we focus on the construction of the identity of Afro-descendants that is affected by racial prejudice and compromises the construction of self-esteem of these people, specifically in the class of 9th Year "A", the Municipal School of Primary and Secondary Education Manoel Viana dos Santos, located in the city of Belém do Brejo do Cruz-PB. Thus, this article is the result of a field research, which aimed to demonstrate how racial prejudice affects the construction of the identity of Afrodescendants in the school environment, where these manifestations result in shy, insecure people, which causes this subject to feel inferior to others. For this, we use an analytical-reflexive research, emphasizing the work developed during the Supervised Stage II, since it was the process of observation and intervention during this period that led to this research. At the end of our studies it was possible to perceive that racial prejudice reaches the educational environment by compromising participation in the classroom; leading to the lack of positive recognition of their ethnic counterparts; difficulties in the learning process, which influences the construction of the individual's knowledge.

Keywords: Racial prejudice. Identity. Self esteem. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O RACISMO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	11
2 REIVINDICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	14
2.1 Educação negra no decorrer da história	14
2.2 Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana - Lei 10.639/2003	18
3. DESCORTINANDO A REALIDADE - A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR	20
3.1 Os sujeitos e suas trajetórias	20
3.2 As vozes vítimas do preconceito	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A humanidade, ao longo do seu percurso histórico cultural manifestou comportamentos diferenciados para alguns povos baseando-se em sua origem racial, assim o preconceito racial é um problema que afeta a sociedade em diferentes épocas e de diferentes formas. No Brasil, o preconceito é disfarçado de várias formas, mas em todas elas percebe-se na atitude racista o sentimento de superioridade.

Diante da problemática discutida que nos remete levantar questionamentos acerca dos problemas e dificuldades nas relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre membros da sociedade, onde são encontrados diversos grupos sociais que estão inseridos em diferentes contextos, fica notório que o preconceito nada mais é do que uma ideia racista distante de qualquer fundamento. Sem ter reflexão crítica do assunto alguns indivíduos tornam-se apenas um repetidor de pensamentos estereotipados, por isso é fundamental fazer-se uma análise crítica destas informações, em especial aquelas que dizem respeito às diferenças raciais encontradas nas escolas. Entre as diversas consequências da falta de concepção sobre este tema pode-se citar a discriminação e o preconceito racial e cultural. Sendo assim, fez-se necessário elaborar este trabalho na perspectiva de contribuir para que a sociedade possa refletir e analisar atitudes referentes a pensamentos e ações ligadas ao preconceito.

Para a construção de uma sociedade igualitária as ações devem estar alicerçadas em projetos políticos inclusivos que contemplem toda a população, observando as desigualdades existentes na sociedade, principalmente as desigualdades de gênero e raça/etnia.

Este estudo justifica-se pela necessidade de induzir a autorreflexão, promovendo discussões sobre o tema do preconceito racial e seus reflexos na aprendizagem do aluno, numa perspectiva crítica de resgate dos valores humanos, de respeito e dignidade às diferenças étnicas.

Portanto, se fez preciso tomar consciência da importância de nossas posturas e discursos de justiça e democracia frente à diversidade étnico-racial, tendo como principais objetivos a abordagem das diferenças sociais, raciais e culturais impostas pela sociedade, explicitando as consequências que se fazem presentes diante da segregação social que impera em nosso meio, a fim de compreender os

reflexos causados no processo de construção da identidade sócio cultural dos afrodescendentes, no contexto escolar.

Tendo em vista este pensamento, nosso trabalho é pautado em uma pesquisa qualitativa realizada com 20 alunos da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Manoel Viana dos Santos, localizada na cidade de Belém do Brejo do Cruz-PB, tendo como principal objetivo, compreender como o preconceito racial interfere na formação da identidade do sujeito social negro, para que assim seja possível traçar um plano de atuação buscando melhorias para este grupo social.

Para a construção do referido trabalho selecionamos um aporte teórico que teve como principais contribuições Oliveira (2009), Santos (2011), Dantas (2014), Munanga (1988), dentre outros autores que trabalham com as temáticas abordadas no decorrer do nosso trabalho.

Com o término de nosso estudo foi possível perceber que o preconceito racial vem a atingir o ambiente educativo comprometendo a participação em sala de aula; levando a ausência de reconhecimento positivo de seu semelhante étnico; dificuldades no processo de aprendizagem, o que influencia na construção do conhecimento do indivíduo.

1. O RACISMO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O Brasil é um país que possui diversas marcas quando falamos do preconceito racial, pois está marcado com as histórias de escravos e quilombos, além de ser um país que foi colonizado por portugueses que trazem consigo um preconceito de cor e raça. Uma história que traz em si a aflição sofrida pelos negros trazidos nos navios negreiros vindos da África, histórias que permanecem no contexto atual, onde os afrodescendentes sofrem com o preconceito que vem desde seus antepassados e se faz presente no seu cotidiano, muitas vezes através de gestos ou palavras que denigrem sua identidade e os fazem questionar-se sobre o porquê de tanto racismo.

Pinho e Santos (2014, p.82) afirmam que:

A estrutura racial estratificada por raça, antiga no Brasil, começou com a colonização portuguesa que teve a finalidade de exploração e expansão de capital por meio do controle de território e riquezas. O processo colonizador empreendido no Brasil por meio da escravidão de negros e indígenas indica o marco situacional histórico e social da relações étnico-raciais nesse país. É sabido que, no Brasil, a escravidão atingiu africanos e seus descendentes e não foi extinta rapidamente, mas pouco a pouco regulamentada por legislação específica: em 1850, o tráfico negreiro foi proibido, em 1871 foi permitida a liberdade a filhos de mães escravas e, em 1885, aos escravos idosos, e, somente em 1888, pelo menos em tese, houve a abolição do sistema escravagista.

É sabido que o preconceito racial é uma herança hereditária, vinda de muito tempo atrás, onde os negros não tinham direito a nada, eram tratados como animais, eram considerados pessoas nascidas somente com o intuito de servir aos senhores de engenho e à suas famílias, sendo esses serviços, muitas vezes, baseados em torturas, humilhações e até mesmo violência psicológica e sexual contra as escravas. Naquela época o negro nada mais era do que uma mercadoria usada somente para fins lucrativos e “carnais”.

Após a abolição da escravatura no Brasil em 13 de maio de 1988, os negros foram abandonados à própria sorte. Com a assinatura da Lei Áurea, não houve uma orientação destinada a integrar os negros ao trabalho assalariado. A história do negro é uma história de tragédias, descaso, preconceito, injustiças e dor. A segregação era visivelmente notória, uma vez que eles não tinham condições socioeconômicas favoráveis e o preconceito ainda era algo existente, porém encoberto devido às marcas registradas em um passado recente.

Apesar do término da escravidão no nosso país o preconceito racial não foi extinto, atua como algo latente por ser assegurado por lei como crime inafiançável e inadmissível, uma vez que afeta diretamente a autoestima e o psicológico comprometendo assim o auto reconhecimento da vítima afetada.

Como afirma Domingues (2005, p.165) “O Brasil é o país da segregação racial não declarada. Todos os indicadores sociais ilustram números carregados com a cor do racismo.”

Nosso país ainda permanece rodeado de diversos tipos de preconceitos e isso se dá, na maioria das vezes, pela falta de uma política efetiva que vise lutar pelos direitos dos afrodescendentes, buscando uma melhor forma de incluí-los em uma sociedade igualitária, com mais respeito, acabando assim com os estigmas acarretados de um passado de lutas e sofrimentos.

Fernandes (2016, p.8) relata que:

Apesar do debate em torno do racismo não ser uma pauta frequente entre os brasileiros, é perceptível que o preconceito advindo dos negros e seus descendentes é bem presente na história do Brasil, em especial quando relembra-se a escravidão, e, posteriormente as poucas ou inexistentes políticas assistencialistas para introdução desses indivíduos na sociedade.

Como bem ressalta o autor, o preconceito racial na maioria das vezes passa despercebido pela sociedade, pois ela traz consigo uma ideologia de que foi totalmente extinto do contexto atual, por isso é pouco discutido no meio social devido ser considerado um assunto delicado gerador de bastante polêmica, uma vez que, ser negro é considerado algo estigmatizado por uma herança de escravidão e humilhação. Porém, a sociedade por mais que queira ser unificadora perante essas questões de cor ou raça, ainda peca diante de tais assuntos, visto que racismo é crime, mas na maioria das vezes não gera punição para o criminoso, entretanto gera em torno da vítima um transtorno psicológico que pode afetar de forma direta ou indireta suas relações sociais.

Araújo (2015, p.15) diz que:

Embora, sempre a sociedade brasileira tenha tentado transmitir para o mundo que existe uma relação de harmonia entre os diferentes povos, o racismo nunca deixou de existir, visto que a população negra sofre até hoje com a discriminação racial, e as desigualdades. Neste sentido, o preconceito racial continua de modo camuflado e, na maioria das vezes, é manifestado por meios indiretos, como brincadeiras, piadas e apelidos maldosos.

Pela afirmação da autora percebemos o quão é importante discutirmos a respeito do tema em questão, uma vez que ao falarmos sobre o assunto levamos à tona a questão das chamadas “brincadeiras” consideradas pelos praticantes como coisa ingênua sem peso algum, enquanto na verdade é um grave transtorno para as vítimas. Enquanto questionamentos sobre cor ou raça ainda forem alvo de discussões fica notório que o preconceito racial não foi totalmente extinto. As desigualdades geradas por parte do nosso corpo social, nunca será aniquilada se continuarmos com a ideologia de que a história do negro sempre será baseada em sofrimento e escravidão, pois esse conceito leva-se a entender que o cidadão afrodescendente sempre será visto de maneira “desconfiada”, sendo que independentemente de raça, cor, religião ou gênero somos todos iguais e devemos possuir os mesmos direitos.

Esse processo de construção da consciência negra e consolidação da igualdade racial, entretanto, só estará concluído quando toda a sociedade brasileira enxergar os cidadãos de qualquer cor ou etnia como dignos dos mesmos direitos; quando ninguém for tratado com suspeição em espaços públicos ou estabelecimentos comerciais apenas pela quantidade de melanina em sua pele; quando a injustiça e a violência – inclusive do Estado – contra uma pessoa negra chocar tanto quanto aquela cometida contra uma pessoa branca; quando, enfim, o que determinar a condição social de negros e brancos for apenas o mérito individual de cada um. (CÂMARA DOS DEPUTADOS)

A discriminação por cor de pele e arbitrariedade só será finalizada a partir do momento que a sociedade entender que todos somos frutos da miscigenação, e que o sangue negro corre por nossas veias, compreendendo que a cor de pele assim como raça não define caráter e que independentemente de qualquer fator, seja ele social ou econômico não nos torna pessoas com mais direitos que os outros. A igualdade precisa ser exercida constantemente no nosso meio, de forma a se trabalhar o respeito, a solidariedade e a confiança independentemente de raça, cor ou etnia.

2. REIVINDICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

2.1 Educação negra no decorrer da história

A escola é um espaço para todos, sendo assim devemos compreender que nossa Constituição Federal ressalta em seu Artigo 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL,2019)

Mediante a análise do referido artigo, podemos compreender que no processo de educar não deve ocorrer preconceito seja ele por qualquer motivo, cor, deficiência, classe social, ou qualquer outra diferença não deve implicar na forma como os alunos aprenderão dentro do contexto escolar.

Apesar desse preceito constitucional presente na Constituição Federal, não é dessa forma que acontece na prática, de maneira que para que o sistema de ensino oferecesse uma educação de qualidade para jovens negros, foi preciso uma série de modificações e iniciativas que buscavam unicamente o direito de um ensino emancipador para todos sem distinção de etnias.

No decorrer da história, a educação brasileira sempre esteve interligada ao processo de divisão social, contextualizada aos interesses das classes dominantes, tal fato fica evidente ao analisarmos o processo de ensino desde o início da sua implementação no contexto brasileiro. Sendo assim podemos compreender que o sistema de ensino recebeu influências conservadoras e históricas, dentre elas a informalidade cultural, o autoritarismo, a participação dos Jesuítas, as inúmeras reformas de ensino que perpassam desde o Marques de Pombal (1759) até a elaboração da Constituição de 1988.

Na fase colonial o processo de ensino era pautado em um mecanismo que via a figura do negro como algo impuro, sendo assim não necessitava adquirir conhecimentos, desta forma a escola não era um espaço para indivíduos negros. Neste sentido a educação era um processo de separação, entre o “bom e ruim”, “bonito e o feio”, o “branco e preto”,o “pobre e o rico”,sendo assim a exclusão da camada social negra era construída mediante o conceito de exclusão e segregação étnico racial. Tais afirmações ficam evidentes na visão de Piletti e Piletti (1990, p. 207)

Uma característica marcante da história na educação brasileira é o maniqueísmo que divide o mundo em duas partes: a boa e a ruim, a certa e a errada [...] Que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza [...] Ou seja, trata-se de uma educação que separa, distingue e demarca ao longo de suas práticas.

O processo de lutas enfrentadas pela população negra em busca do direito a plena cidadania, desde seu início foi baseado em um grande combate contra as ideologias construídas mediante ao processo de hierarquia social, de maneira que os negros buscavam o direito de serem vistos socialmente como indivíduos capazes de receber o mesmo processo de educação que os demais sujeitos sociais, uma vez que a educação não deveria ser pautada em diferenças étnica raciais.

Neste sentido a escola não era um ambiente de construção social, mas um nivelador de classes sociais e etnias, era um espaço de segregação, onde os indivíduos negros não eram bem vindos, a não ser como suporte para realização de atividades que os sujeitos brancos fossem incapazes de fazer por não estarem dentro de suas condições sociais.

Para Hilsdorf (2003, p.135):

[...] A escola foi antes de tudo encarregada de uma configuração; foi o instrumento para o uso social de uma ordem de representações determinada. Por todos os seus espaços a escola brasileira esteve ligada a modificação da circulação da cultura. A escola foi organizada como uma forma de controle do corpo político da sociedade e das camadas populares.

A Constituição Imperial do ano de 1824, defendia que a educação primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos, exceto os escravizados, uma vez que permitia que os “negros livres” frequentassem instituições de ensino oficiais, segundo Veiga (2008) a escola era entendida como uma instituição na qual grupos sociais vistos pela classe alta como indivíduos indissociáveis deveriam ser socializados. Portanto, a escola nada mais era que um ambiente de doutrinação social.

Ao longo do século XIX o processo da educação escolar passou a ser um mecanismo de fortalecimento para as estruturas do poder estatal, desta forma o processo de ensino não estava interligado ao desenvolvimento social para todos e qualquer sujeito, de maneira que a escola era afastada de toda e qualquer influência

doméstica, sendo assim o processo de ensino não detinha nenhum traço das tradições culturais e políticas fundamentadas na sociedade miscigenada brasileira.

Durante este período do poder estatal, o processo de ensino era composto de inúmeras dificuldades, dentre elas estava à permanência dos jovens negros livres na escola, uma vez que ao encontrar um ambiente escolar hostil no qual não tinham vez ou voz tornava o processo de ensino desestimulante, neste caso era visto como algo que não possibilitava nenhuma construção social apenas um mecanismo de doutrinação, no qual os negros deveriam ser moldados para que assim pudessem interagir socialmente.

Em meados de 1850 surgiu uma nova legislação, a qual detinha informações acerca do respeito em relação à educação para negros, de maneira que no dia 17 de fevereiro de 1854, foi sancionado o decreto nº 1.331, no qual se encontrava as medidas de regulamentação para o ensino primário e secundário, tornando assim gratuito o processo de ensino na Corte, o que ficou conhecido como a Reforma Couto Ferraz, mas apesar desta mudança na oferta a educação dos escravos ainda não podiam integrar o contexto educacional.

Os anos de 1888 e 1889 trouxeram dois marcos que modificaram os ideais defendidos no país, de maneira que o fim da escravidão e a Proclamação da República, trouxeram questionamentos que formularam o ideal de liberalismo econômico e político, de maneira que o negro deixou de ser uma ferramenta de trabalho escravo e passou a ser assalariado, tornava-se assim detentor do direito à cidadania, mas isto não saiu da teoria, pois a sociedade continuou sendo preconceituosa e não respeitava a população negra do país.

Após o fim da escravidão as matrículas para negros na escola deixaram de ser proibidas, mesmo assim a realidade educacional continuava sendo precária. Poucos conseguiam matricular-se em certos locais apenas os considerados mulatos ou os que viviam na “Casa Grande”, mas mesmos assim estes apenas conseguiam chegar a cursar o nível primário da educação e raramente conseguiam chegar a um curso superior.

Tais informações ficam evidentes na visão de Souza (1998, p.27):

Pode-se dizer que os grupos escolares atenderam, nas primeiras décadas de sua implantação, a alunos provenientes das camadas populares [...] Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras

nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época.

Com o passar do tempo a população negra queria ter direito a educação, de maneira que foram criadas escolas pelos próprios escravos, mas existem poucas informações acerca desse fato, desta forma MACIEL (1997); BARBOSA (1997); PEREIRA(1999) defendem que em 1902 foi criado o Colégio São Benedito, na cidade de Campinas, destinado a alfabetização dos filhos dos homens de cor, presentes na sociedade. Além desse colégio existiram outras escolas destinadas à população negra, dentre elas destaca-se a Escola Primária do Clube Negro Flor de Maio de São Carlos na cidade de São Paulo, a Escola de Ferroviários de Santa Maria do Rio Grande do Sul (PINTO, 1993; CUNHA JR. 1996; BARBOSA, 1997).

Na década de 60 ocorreu uma ampliação na rede de ensino destinado a população, ou seja o sistema público passou por inúmeras mudanças e tornou-se frequente o ingresso do sujeito negro na escola, sendo assim este processo de inclusão da população negra na escola continuou e em 1988 foi elaborada a Constituição Federal Brasileira na qual assegura que a educação é um direito de todos, sendo assim o negro deixou de ser considerado inferior e passou a ser um indivíduo com direito a receber a mesma educação que os homens brancos recebiam.

Com a implementação da nova Constituição Federal, diversos avanços educacionais para a classe negra da população foram criados, mas apesar de todo um contexto diferente e da implementação de novos ideais de educação continua-se encontrando relatos de preconceito contra a população negra, deste modo o processo de ensino passou a ser construído com a base de uma unificação de ensino para todos.

2.2 Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10.639/2003

No dia 9 de janeiro de 2003, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a Lei 10.639, que vem alterar a LDB 9394/96, vindo estabelecer a obrigatoriedade do ensino das temáticas da História e Cultura Afro-brasileira, nas instituições de ensino de todo o país. Em seu Artigo 26 ressalta o seguinte texto.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2019)

Nos dias atuais os debates acerca da constitucionalidade dessa Lei tem se tornado cada vez mais frequentes e acirrados, de maneira que existem dois lados de argumentação, um que demonstram favorecimento, discorrendo acerca da importância dessa política de Estado, defendendo que a mesma contribuirá com o processo de mudanças positivas na vida da população negra no Brasil, uma vez que ao compreendermos a realidade histórica desse povo, seremos capazes de construir uma nova identidade social para estes sujeitos que sofreram com tanto preconceito unicamente pela cor de sua pele, sendo assim tornar-se-ia possível reverter os efeitos danosos causados pelo preconceito e discriminação social.

Mas não são todos que concordam com a implementação desta Lei, de maneira que os contrários defendem que a efetivação desta legislação está ferindo a CF de 1988, na qual assegura o direito de igualdade, condições para permanência e a cesso a escola para todos. Argumentam que está Lei privilegia os negros, deixando de lado o resto dos povos que constituem a miscigenação da raça brasileira, tornando assim a discriminação racial algo legalizado.

Estas duas vertentes acerca desta Lei demonstram o quanto à identidade negra sofreu inferências ao longo da história, pois torna capaz a formulação da seguinte pergunta, se fosse uma lei voltada para o ensino da cultura dos povos brancos, seria necessário esta implementação? Esta dúvida acerca do processo de

ensino da cultura Afro-brasileira deve ser desmistificada, uma vez que é necessário conhecer a cultura deste povo que tanto contribuiu para construção do nosso país.

No decorrer do processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnicas-Raciais (DCNERER) e para o processo de ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana é considerado a construção de conhecimentos acerca da cultura, valores e posturas dos povos negros, reforçando assim a busca por mudanças para população como um todo.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) em sua meta 8 busca elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de maneira que vem buscar a alcançar no mínimo 12 anos de estudos. Direcionado para população do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% da população mais pobres, buscando igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Desta forma podemos compreender que o PNE busca a universalização da educação básica, tendo como meta a equidade e garantia de que toda população sem distinção de classe ou etnia se insira no processo da educação, tida como para todos.

3. DESCORTINANDO A REALIDADE - A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

3.1 Os sujeitos e suas trajetórias

O indivíduo é construído mediante as ações realizadas em seu contexto social, de maneira que os estímulos disponibilizados pelo ambiente no qual está inserido ajudam a moldar e a construir sua identidade social, sendo assim podemos compreender que cada sujeito traz consigo marcas ideológicas que acarretam na formulação de sua identidade social.

Ao compreendermos o quanto o ambiente interfere na construção social do indivíduo, é possível evidenciar que as ações realizadas neste contexto são fatores inerentes ao processo de construção social, sendo assim ao analisarmos um ambiente no qual existe preconceito racial é possível perceber o quanto as ações preconceituosas modificam o indivíduo enquanto ser social. Desta forma, ao ser exposto a atos preconceituosos contra sua etnia ou qualquer outra diferença, é possível que o indivíduo construa uma identidade assujeitada ao meio no qual está inserido, devido à sobrecarga cultural e ideológica existente neste ambiente.

A sociedade brasileira traz consigo estigmas acerca do preconceito racial desde seu período colonial, uma vez que fomos um país no qual os negros foram escravizados, conseqüentemente eram vistos como incapazes de pertencerem a sociedade, sendo assim foram construídos discursos preconceituosos acerca destes sujeitos, alguns destes continuam sendo propagados e internalizados na sociedade atual, o que ocasiona um processo de construção de ideologias sociais e culturais que interferem na construção identitária dos sujeitos afrodescendentes.

Como relata Oliveira (2009), a existência do preconceito racial no Brasil é uma constatação lógica e redundante, pois à medida que se considera conceitos como democracia racial e ideologia do branqueamento, pressupostos condutores no pensamento social brasileiro, afirmá-lo torna-se algo simplório.

Como bem o autor ressalta o preconceito racial na maioria das vezes passa despercebido pela sociedade, pois ela traz consigo uma ideologia de que para ser "perfeito" necessita ser "branco", ou que ser negro é algo estigmatizado por uma herança de escravidão e humilhação. A sociedade por mais que queira ser unificadora perante essas questões de cor ou raça, peca diante de tais assuntos, pois racismo é crime, mas na maioria das vezes não gera punição para criminoso,

gera em torno da vítima um contexto em que a palavra negro, em muitos casos é sinônimo de denegrir, humilhar, ou questionar a cor pura e certa da sociedade.

Preconceito é, portanto uma demonstração de negação a tudo que foge dos padrões da sociedade, pois como já foi dito anteriormente em meio a sociedade à cor "perfeita" é a branca, já que não foge dessas normas pré-concebidas, onde negro é um indivíduo que deve ser assujeitado por não pertencer ao contexto da cor "ideal".

Podemos compreender que os alunos afro-descendentes adentram no contexto escolar com toda esta ideologia cultural atrelada a sua identidade, mesmo que de forma subliminar diversas formações culturais interferem no processo de construção identitária deste aluno que adentra os portões escolares todos os dias.

Tendo em vista este pensamento é necessário compreender que as ações realizadas dentro do contexto escolar interferem no desenvolvimento destes educandos, sendo assim atos preconceituosos contra os educandos negros são capazes de modificar a identidade destes sujeitos, ocasionando estímulos negativos em seu desenvolvimento nas esferas sociais e cognitivas, pois quando a criança encontra barreiras na escola conseqüentemente o seu processo de aprendizagem terá maior dificuldade para torna-se significativo.

3.2 As vozes vítimas do preconceito

A escola é um espaço que recebe todos os dias diversos sujeitos com suas peculiaridades, sendo assim precisa ser construído um processo de atuação no qual estas diferenças sejam respeitadas e trabalhadas de forma correta. Mas para que este processo ocorra de forma adequada deve ser elaborado uma metodologia contextualizada, na qual o docente traga para seus educandos a ideia que ser diferente não é um problema, pois cada indivíduo traz consigo marcas que nos tornam únicos.

Ao compreendermos este pensamento acerca das diferenças, devemos ter em mente que na sala de aula cada sujeito é único, não importa a sua cor, deficiência, idade ou qualquer outra característica que este sujeito traga consigo. Desta forma, o educar não deve observar rótulos, mas possibilidades.

Durante o Estágio Supervisionado tive a oportunidade de observar e atuar na sala de aula, de maneira que este período permitiu que dúvidas fossem construídas e por meio delas a elaboração deste trabalho, de maneira que nosso maior questionamento estava vinculado à formação da identidade do sujeito negro dentro da escola, uma vez que foi possível observar a existência de atos preconceituosos contra estas crianças, mesmo que de forma subliminar, uma vez que, em muitos casos são muitos discursos formulados de maneira errônea que dão força para que o preconceito se instaure dentro do contexto escolar.

Pode-se compreender que o discurso propagado dentro do meio escolar tem uma força ideológica capaz de modificar o contexto, uma vez que o sujeito é construído dentro das relações discursivas no caso, tornam-se relações de poder, nas quais concepções de gênero, classe, cor, ou outro fator social interferem no processo de construção da identidade de cada sujeito.

Bromley (1989, p.211) destaca que

a auto-consciência não é um simples produto da história pessoal tão-somente -a história precisa receber algum significado através do discurso (possivelmente um discurso que envolva comprometimento e luta) selecionado dentre os que estão disponíveis na cultura. E a consciência resultante é ela própria somente o início de um processo de chegar a se constatar que o sujeito é construído dentro das relações de gênero (raça e classe, e inserido em outros eixos de opressão) pelas relações sociais.

Tendo em mente o quanto o discurso pode interferir no processo de construção da identidade dos alunos, foi elaborado um questionário (Anexo) direcionado a conhecer um pouco mais dos alunos afrodescentes da turma do 9º ano A, tentando compreender como os discursos e atos preconceituosos por eles vivenciados podem interferir na sua formação social dentro e fora do contexto escolar.

“Primeiramente é necessário compreender o que é preconceito, desta forma Heller (2000) afirma que:” denomina o preconceito como um tipo particular de juízo provisório. “Ou seja, o preconceito tem um caráter provisório e por esse caráter provisório, ele pode se alterar e modificar-se na atividade social e individual.”O indivíduo preconceituoso é aquele que se prende a uma determinada opinião, e não aceita de forma alguma opiniões de segundos, impedindo-o assim de ter acesso a um conhecimento mais profundo e fundamentado da questão, que talvez o levaria a uma ideia mais significativa que pudesse ocasionar a uma avaliação, mudando radicalmente o seu ponto de vista e opiniões.

Segundo relata Gomes (2006) O conteúdo do discurso de preconceito de cor, por isso mesmo, acabou permanecendo no campo ideológico mais que no campo biológico, fazendo-nos pensar as identidades dos indivíduos na sociedade, sem imaginarmos a dimensão da manipulação do biológico pelo ideológico.

Durante o processo de intervenção do estágio buscamos trabalhar de forma contextualizada o processo de formação da identidade dos sujeitos dentre as temáticas trabalhadas estava a compreensão entre raça e cor, questionando se existia diferença, como as diferenças etnicorraciais interferem no processo de desenvolvimento dentro da escola dentre outras concepções abordadas acerca desta temática.

Raça é um termo muito discutido, pois está associado a divisão e a diferença social, onde a cor da pele e origem social ganha sentidos, valores e significados diferentes e facilmente distinguíveis. Como bem afirma Munanga (1988), podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria ético semântica.

Essa concepção de raça apresentada pelo autor vem com o intuito de tentar esclarecer, que foram as diferenças que construíram a desigualdade, que o responsável pelo surgimento do racismo foi o próprio homem, e para a justificação de tais atos contra etnias diferentes seja por cor ou raça adotou o termo racismo.

De acordo com Jesus (2012) A construção biológica da ideia de raça, enquanto elemento hierárquico tem sido utilizado principalmente para atender a interesses de grupos que se apropriam disso para subalternizar, dominar e excluir outros segmentos.

Segundo Oliveira (2009), o termo cor trata-se de um fator diferenciador que confere prestígio ao indivíduo havendo, muitas vezes, a ligação imediata cor/condição sócio econômica. Predomina, portanto, na lógica da sociedade brasileira uma linha pouco tênue entre cor e bem-estar.

Assim vivemos em um país onde a democracia ainda é injusta, e o preconceito ronda em torno da cor e da raça, uma vez que o branco por ter cor clara pode ser bem visto como uma pessoa bem sucedida, já o negro por ter uma cor mais acentuada, por mais que seja bem sucedido e tenha um padrão de vida econômico alto ainda sofre a discriminação e a desconfiança da população.

Ainda de acordo com relatos de Oliveira (2009), nas relações pessoais, as fronteiras de marca (ou cor) se cruzam todo o tempo, o que aponta para a personificação do preconceito de marca que varia de acordo com o grau de proximidade do discriminador para com o discriminado. Quanto mais superficial for a relação afetiva maior a possibilidade do sujeito de cor ser tratado de acordo com seus traços físicos.

Em relação a estas concepções de raça e cor foi elaborada a seguinte pergunta “Para você existe diferença entre cor e raça?” dentre os alunos que responderam 25% ressaltam que sim e trouxeram suas justificativas, 75% destacaram que não, trazendo também os motivos pelos quais foi escolhida esta resposta.

Sujeito “A” Sim, muitas pessoas fazem diferença com cores e raças de outras pessoas, mas não era para existir, pois somos todos iguais. “

Sujeito “B” Não, porque somos todos iguais mesmo sendo negro, branco, pobre, rico e até mesmo LGBT não devemos ser racistas.

Percebemos que as duas falas trazem raízes discursivas da mesma ideologia, uma usa o termo sim para demonstrar que apesar de sermos iguais existem diferenças e o outro utiliza o não para trazer a mesma ideia, mas afirmando que não ocorrem diferenças entre cor ou raça.

No que se refere a preconceito foram elaboradas 5 questões dando a oportunidade de cada sujeito discorrer acerca do que se foi questionado, as perguntas foram ordenadas da seguinte forma:

Você sabe o que significa preconceito racial? Explique:
 Você já sofreu algum tipo de preconceito? Se sua resposta for sim como isso interferiu na sua vida?
 Você já agiu com preconceito contra alguém? Se sim, comente a situação.
 Seus professores abordam questões sobre preconceito racial? Quais?

Todos os entrevistados responderam que compreendem o que é preconceito, trazendo atribuições acerca da temática, de maneira que foi possível perceber um processo assimétrico acerca das respostas, uma vez que os educandos que sofreram algum tipo de preconceito trouxeram basicamente as mesmas respostas.

Sujeito “C” preconceito é quando várias pessoas são racistas e fazem comentários desnecessários sobre cores e raças que machucam outras pessoas e até hoje acontece muito, o que não era para acontecer.

Percebemos na construção discursiva deste sujeito que questões acerca do que é preconceito detém ideologias que demonstram o quanto esta temática está presente dentro do contexto escolar, sendo assim os entrevistados compreendem o que é preconceito, como ocorre e quais os atos que são considerados preconceituosos.

Na terceira questão 20% dos entrevistados responderam que já sofreram algum tipo de preconceito, sendo assim trouxeram discursos como “muitas vezes fico triste com o que pensam, mas logo passa”, “alguns me apelidaram, para falar a verdade ainda sofro, mas não me importo porque no fundo todos somos iguais”. Estes são alguns dos discursos dos alunos que admitiram sofrer algum tipo de preconceito, o que demonstra que apesar de estarmos em uma sociedade na qual predomina a ideia de igualdade ainda se constrói discursos preconceituosos que interferem no processo de construção da identidade destes sujeitos.

Na quarta questão 10% dos entrevistados responderam que já agiram com preconceito contra alguém, um dos educandos ressalta “sim, no 6° ano com uma amiga que é morena, a gente xingava ela” “sim, mas pensei depois e mim arrependi e pedi desculpas”. Os outros 80% dos entrevistados responderam que não, demonstrando que os educandos detêm de conhecimento acerca do que é preconceito e das consequências que ele acarreta na formação de um sujeito.

Os atos preconceituosos interferem na formação de qualquer sujeito, de maneira que um dos fatores de desenvolvimento atingidos é a autoestima, uma vez que muitos dos educandos que sofrem com o preconceito demonstram fragilidade no processo de interação social ou representação social, pois contém marcas ideológicas que causam estigmas de construção social.

Segundo relatos de França (2007), No que diz respeito á autoestima na formação da personalidade humana, são importante os primeiros contatos do sujeito com o mundo, as suas primeiras relações, sejam elas consigo mesmo, com o outro e com o mundo. A forma como nos relacionamos desenvolve em nós um padrão dinâmico que tende a caracterizar a personalidade de cada um.

A nossa autoestima está baseada na nossa vivência com os outros e consigo mesmo, ela varia de acordo com o momento em que estamos situados até problemas pessoais, que tende muitas vezes a deixarmos sem autoconfiança, sendo assim ações preconceituosas contra alguma característica que torna o sujeito diferente dos demais, pode acarretar o processo de construção de uma identidade fragilizada e assujeitada ao contexto e aos que nele estão inseridos.

Como afirma Schmitza (2004), a autoestima assenta-se em 3 pilares fundamentais: Gostar de si mesmo, que significa respeitar-se a si próprio, Acreditar nas suas capacidades, que é imagem que cada um faz de si e Autoconfiança que refere-se ao sentimento de competência pessoal, pensar que somos capazes de agir em todas as situações, sem nos preocuparmos com os juízos dos outros.

Neste sentido podemos compreender que a escola detém um papel fundamental na construção da autoestima dos educandos, pois é neste ambiente que os mesmos passam grande parte de seu dia e neste espaço que é construído a maioria das relações sociais vivenciadas por estes sujeitos, o que permite afirmar que na escola o educando constrói sua identidade.

Mela (1999) aponta que para o indivíduo que opera num sistema social a identidade se apresenta como resultado de um confronto com os outros, o que o

leva a construir uma representação de si próprio, de sua unidade pessoal, do papel desempenhado na sociedade.

Segundo declara Pessoa (2014) identidade vem do latim escolástico *Identitate*. A palavra foi formada a partir de IDEM, o mesmo, a mesma, ENTITAS, significa entidade, ser. Identificação é uma derivação de identidade. Ambos falam a respeito de singularidades, mais em diversos contextos: Identidade é a marca registrada de alguém.

Identidade é o que nos diferencia de outras pessoas, nossa marca registrada, ninguém pode ser igual ao outro, cada um carrega consigo sua própria identidade. Pode-se então compreender que as inferências sofridas por atos preconceituosos são formuladores identitários individuais, ou seja, nossos entrevistados, por exemplo, sofreram, presenciaram ou até mesmo já cometeram algum tipo de preconceito contra o sujeito negro, sendo estes atos que tanto podem ser propagados quanto vivenciados são marcas de processos sociais que interferem na construção da identidade de cada sujeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo destinou-se a abordar as diferenças, raciais impostas por alguns grupos da sociedade contra os afrodescendentes nas bases educacionais, e os problemas causados a essas pessoas que de certa forma são atingidas por esse preconceito. Neste sentido, nossa análise permitiu conhecer um pouco mais acerca destes sujeitos que, muitas vezes sentem-se excluídos, renegados, ou assujeitados no meio em que estão inseridos, o que os fazem distanciar-se, ou até mesmo abandonar os estudos devido à humilhação e isolamento que sofrem dentro do contexto escolar.

Nosso objetivo foi explicitar as consequências que se fazem presentes diante da segregação social que impera em nosso meio, e compreender o processo de construção da identidade sócio cultural dos afrodescendentes, e como a sua autoestima é de certa forma afetada pelo preconceito sofrido pela cor ou raça.

Podemos então concluir que o processo de formação da criança afrodescendente dentro do contexto escolar necessita ser repensada em alguns casos, pois vivemos em uma sociedade na qual a ideia que se debate é a de que o preconceito não está mais presente em nosso meio social. No entanto, estas afirmações ficam apenas na teoria, uma vez que nas aulas de história aprendemos que a escravidão foi abolida há muitos anos, mas não aprendemos que mesmo assim, muitos negros ainda estão presos à hierarquias sociais que denigrem a imagem destes sujeitos, pois suas amarras não estão presas a postes ou colunas, mas sim a ideologias racistas propagadas todos os dias.

Sendo assim, buscamos trazer contribuições acerca desta temática que façam com que tanto alunos quanto docentes repensem suas convicções a respeito do preconceito e se de fato este deixou de existir. Pensamos que seria necessário um novo direcionamento, um novo olhar e novas ações para que estas crianças que muitas vezes sofrem por conta da pele, do cabelo, das roupas ou de outras características que a tornam aos olhos dos outros, inferiores, pudessem se referenciar, se aceitar e gostar de ser como são. Desta forma um novo olhar, palavras de aceitação da diferença e ações precisam ser modificadas para que de fato deixemos de viver em um ambiente preconceituoso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo/SP: Educ, 2000. ARAÚJO, Márcia Luiza Pires de. **A escola primária da Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931-1937)**. São Paulo/SP: Ação Educativa, 2007.

ARAÚJO, Márcia Luiza Pires de. **A escola primária da Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931-1937)**. São Paulo/SP: Ação Educativa, 2007.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Enfrentando Preconceitos**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>. Acesso em: 30 fevereiro de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996.

_____. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União. Brasília, 10 jan. 2003.

_____. Ministério da educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Parecer CNE/CP3/2004, de 10 de março de 2004.

BROMLEY, H. **Identity Politics and Critical Pedagogy**. Educational Theory, vol. 39, No. 3, Summer 1989.

CARDOSO, Nádia. **Movimento Negro pós-70: a educação como arma contra o racismo**. Juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no Ensino Superior. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual da Bahia, 2005.

CUNHA Jr.; Henrique. **Pesquisas Educacionais em Temas de Interesse dos Afrodescendentes**. In: LIMA, Ivan Costa et al.(Org.). Os Negros e a Escola Brasileira. n. 6. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/ NEN, 1999.

OLIVEIRA, Vilma Santos de. **Entrevista Concedida à Mariana Panta**, 15 de maio, 2009.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo/SP: Ática, 1996.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Maria Luiza S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** São Paulo: Moraes, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973.** 13 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima. **Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares No Brasil.** In: SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Século XIX. São Paulo: Autores Associados, 1998.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

WARDE, Miriam Jorge. **Contribuições da História para a educação.** Em Aberto, Brasília, DF ano 9, n.47, p.3-11, jul./set.1990.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Aluno: _____

Série: _____ Turma: _____

Escola: _____

1. Para você existe diferença entre cor e raça?

2. Você sabe o que significa preconceito racial? Explique:

3. Você já sofreu algum tipo de preconceito? Se sua resposta for sim, como isso interferiu na sua vida?

4. Você já agiu com preconceito contra alguém? Se sim, comente a situação.

5. Seus professores abordam questões sobre preconceito racial? Quais?
